



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 26/05/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu o fim da escala 6 por 1, descrevendo os impactos dessa jornada sobre trabalhadores, em especial mulheres negras e mães solo, que enfrentam cansaço físico, esgotamento emocional e dupla jornada. Criticou a falta de sensibilidade de parte do Congresso, que, segundo o Parlamentar, atende aos interesses patronais e tenta descaracterizar ou protelar a proposta. Além disso, relatou contato direto com a população do Estado do Rio de Janeiro e ressaltou a pressão das ruas e dos movimentos sociais. Por fim, saudou o projeto enviado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para reduzir a carga de trabalho sem redução salarial e convocou o Congresso a votar a favor dos trabalhadores.

Heitor Schuch (PSD - RS) - O Deputado saudou o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), Eugênio Zanetti, presente em Brasília pela quinta semana consecutiva para acompanhar as negociações sobre a securitização das dívidas de agricultores gaúchos afetados por catástrofes climáticas. Parabenizou, ainda, a mobilização de trabalhadores da cadeia produtiva do tabaco realizada em Santa Cruz do Sul (RS). Por fim, manifestou preocupação com a queda do preço do leite ao produtor em plena entressafra, período em que deveria haver recuperação de preços, e alertou que a repetição do cenário vivido no ano anterior — com 11 meses consecutivos de baixa — compromete a permanência dos agricultores na atividade, a sucessão rural e o pagamento de financiamentos.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Presidente da sessão manifestou apoio às preocupações apresentadas sobre a crise enfrentada pelos produtores de leite, destacando a realidade vivida por pequenos pecuaristas de sua região na Bahia. Afirmou que muitos produtores têm enfrentado severas dificuldades econômicas em razão da baixa remuneração do leite frente aos elevados custos de produção. Ao final, parabenizou o Deputado Heitor Schuch (PSD-RS) pelo pronunciamento em defesa do setor agropecuário e dos produtores rurais.

Nilto Tatto (PT - SP) - O Deputado defendeu o fim da escala 6x1, descrevendo o modelo atual como incompatível com o desenvolvimento do século 21, uma vez que cerca de 70 milhões de trabalhadores — em sua maioria mulheres com dupla jornada — dispõem de apenas um dia de descanso semanal. Também convocou a população a acompanhar a votação e cobrou a aprovação da proposta, que prevê redução da carga horária sem diminuição salarial e com potencial de geração de empregos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada criticou alterações na Caderneta da Gestante do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a substituição do termo “mãe” pela expressão “pessoas que gestam”. Acrescentou que a mudança descaracteriza o papel da mulher durante a gestação e representa, em sua avaliação, um afastamento da linguagem tradicionalmente utilizada no cuidado materno. Também questionou o conteúdo do material por abordar a possibilidade de aborto, argumentando que a cartilha deveria priorizar orientações relacionadas ao pré-natal, vacinação, amamentação e puerpério. Ao final, defendeu a reformulação do documento para ampliar o foco em informações práticas e direitos das gestantes, além de conclamar a sociedade a se posicionar sobre o tema.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Presidente em exercício, manifestou apoio às críticas apresentadas pela Deputada Soraya Santos em relação às alterações na Caderneta da Gestante do Sistema Único de Saúde (SUS). Afirmou que a substituição do termo “mãe” pela expressão “pessoas que gestam” desconsidera valores defendidos por setores conservadores da sociedade brasileira, incluindo grupos religiosos e pessoas que, segundo ele, atribuem caráter simbólico e afetivo à maternidade. Também criticou a inclusão de referências ao aborto no material, argumentando que a cartilha deveria concentrar-se em orientações voltadas à gestação, ao cuidado materno e ao desenvolvimento do bebê. Ao final, defendeu que o Governo Federal considere as sensibilidades de parcelas conservadoras da população ao formular políticas e materiais de comunicação pública.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado abordou o déficit habitacional brasileiro e relatou a experiência de dois mandatos como Prefeito de Guanambi (BA), durante os quais foram entregues 2.254 residências pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Informou que, na semana anterior, reuniu-se com o Ministro das Cidades, Vladimir Lima, para solicitar a construção de mais 150 unidades habitacionais no Distrito de Mutãs, maior distrito do Município, com cerca de 12 mil habitantes. Além disso, mencionou obras já em andamento em outras cidades da região, como Urandi (BA). Por fim, reafirmou o compromisso de continuar reivindicando moradias junto ao Governo Federal, ressaltando que a casa própria representa dignidade, segurança e esperança para as famílias brasileiras.

Danrlei de Deus Hinterholz (PSD - RS) - O Deputado convidou os Parlamentares para participarem de audiência pública da Comissão do Esporte destinada a debater a importância da prática esportiva no desenvolvimento de pessoas com Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista (TEA). O encontro, previsto para o dia 10 de julho, às 14 horas, terá como foco os impactos positivos do esporte na inclusão, no desenvolvimento social e na qualidade de vida de crianças e jovens com TEA e outras condições. Também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

destacou a crescente relevância do tema e defendeu a ampliação do debate sobre políticas públicas voltadas à inclusão por meio do esporte.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado homenageou a Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Viana, no Espírito Santo, celebrada em sua 209ª edição, com tradição religiosa de origem açoriana. Destacou a missa celebrada pelo arcebispo Dom Ângelo e pelo pároco padre Zaelton, bem como a participação dos imperadores Guilherme Lube e Ana Cristina Cunha Lima. Além disso, ressaltou os sete dons do Espírito Santo exaltados na celebração e convocou os capixabas para a programação popular, realizada no Parque de Exposição Alcides Daniel, com apoio da Prefeitura de Viana.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado homenageou os 110 anos da Polícia Militar do Acre, destacando a importância histórica da corporação na proteção da população e na consolidação do Estado. Ressaltou a dedicação dos policiais militares e defendeu maior valorização da segurança pública, com melhores condições de trabalho, estrutura e reconhecimento aos profissionais da ativa e veteranos. Também lembrou a atuação histórica da instituição desde sua criação, em 1916, e homenageou o patrono da corporação, Plácido de Castro.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou a atuação das autoridades em investigações relacionadas ao Banco Master e levantou suspeitas sobre a ausência de menções ao ex-Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, em operações recentes da Polícia Federal. Também lembrou episódios de disputas eleitorais passadas no Distrito Federal e direcionou críticas ao Judiciário, afirmando haver desconfiança popular sobre a condução das investigações. Ao final, defendeu que eventuais responsabilidades sejam devidamente apuradas pelas autoridades competentes.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou visita ao Município de São Luís Gonzaga (MA), onde participou de celebrações do Dia das Mães ao lado do Prefeito Dr. Emanuel Filho, do vice-Prefeito Luan, Vereadores, secretários municipais e lideranças locais. Ressaltou o andamento de diversas obras e investimentos no Município, incluindo a aquisição e futura reforma do hospital municipal, a construção de uma escola com sete salas de aula, perfuração de poços artesianos, obras de pavimentação e construção de praça pública. Também mencionou a recuperação da rodovia MA-247, ligando São Luís Gonzaga a Trizidela do Vale (MA), realizada pelo Governo do Estado do Maranhão.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado elogiou o Programa Gás do Povo, destacando o atendimento a cerca de 15 milhões de famílias em todo o País, sendo 90% chefiadas por mulheres, e 300 mil famílias apenas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

no Estado do Rio de Janeiro. Também assinalou um problema no mercado de botijões: o vasilhame, adquirido pelo consumidor por valores entre 235 e 270 reais, é restrito ao reabastecimento em fornecedores parceiros das distribuidoras, o que configura, na avaliação do parlamentar, prática monopolista de quatro empresas. Por fim, pediu ao Presidente da República que corrija essa distorção, defendendo a abertura do mercado à livre concorrência como medida capaz de reduzir o custo do envase em até 100 reais.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou o Programa Gás do Povo, assinalando que o contrato do Governo Federal destinou 3,5 bilhões de reais a apenas três grandes distribuidoras, em detrimento do poder de escolha da população. Também se posicionou contra o projeto de lei sobre a escala 6x1, argumentando que a proposta impede o trabalhador de exercer atividade no sexto dia da semana, o que prejudica, em especial, os cerca de 10 milhões de comissionados do País — como vendedores de roupas, imóveis e veículos —, cuja renda depende diretamente dos dias trabalhados. Além disso, citou pesquisa no Rio de Janeiro segundo a qual 80% dos entrevistados afirmaram que buscariam atividade remunerada no sexto dia.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado comemorou o retorno do Atlético Clube Paranaíba à primeira divisão do futebol paranaense. Destacou a importância do clube para a cidade de Paranaíba (PR) e reconheceu o trabalho de jogadores, comissão técnica, dirigentes, acionistas da SAF — especialmente Adriano Spadoto — e da torcida organizada Caldeirão Atleticano na reconstrução da equipe e na conquista do acesso à elite estadual.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado registrou a participação em festa de Dia das Mães promovida pelo empresário Anderson Gomes e pela esposa Wendy Gomes, no Município de Trizidela do Vale (MA), em reconhecimento à ausência do Poder Municipal na organização do evento. Também assinalou a omissão do Senado Federal em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, da Segurança Pública, aprovada na Câmara dos Deputados e relatada pelo Deputado Mendonça Filho, que, após 60 dias, ainda não havia recebido designação de relator naquela Casa. Nesse contexto, citou a PEC nº 171, de 1993, da Maioridade Penal, votada em 2015 e arquivada por 11 anos no Senado Federal, e anunciou nova votação da matéria na Câmara. Por fim, declarou voto favorável à PEC nº 8, de 2025, da Escala 6 por 1, defendendo a proposta como medida de melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho do trabalhador brasileiro.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado rebateu críticas de Parlamentares contrários à PEC da Escala 6 por 1, classificando como inverídica a afirmação de que a proposta impediria o trabalhador brasileiro de trabalhar. Argumentou que a medida visa eliminar a obrigatoriedade da jornada de seis dias semanais, com cargas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

horárias de até 80 horas, e não restringe o trabalho como pessoa jurídica (PJ), como microempreendedor individual (MEI) ou a realização de horas extras. Também assinalou que os opositores da proposta seriam os mesmos que, desde a Constituição de 1988, impedem a redução da jornada para 40 horas semanais, já prevista no texto constitucional. Por fim, reafirmou o voto favorável à PEC e declarou que a escala 5 por 2 seria aprovada.

Mário Heringer (PDT - MG) - O Deputado manifestou apoio ao fim da jornada de trabalho 6 por 1, defendendo melhores condições de vida e mais tempo de descanso e convivência familiar para os trabalhadores brasileiros. Afirmou ser favorável à manutenção dos salários e criticou a previsão de transição gradual da medida, argumentando que a mudança deveria ocorrer de forma imediata. Também defendeu a criação de mecanismos de compensação financeira ou tributária para pequenos e médios empreendedores, que, segundo ele, poderão enfrentar aumento de custos com a alteração da jornada de trabalho.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado manifestou apoio à redução da jornada de trabalho de 6 para 5 dias semanais e homenageou os empresários brasileiros favoráveis à medida. Também expressou resistência aos opositores da proposta, comparando os argumentos contrários à redução da jornada aos utilizados contra a abolição da escravidão. Por fim, destacou que o Brasil, apesar de figurar entre as seis ou sete maiores economias do mundo, encontra-se também entre os três ou quatro países mais desiguais, e apontou a aprovação do projeto como passo necessário para enfrentar essa injustiça histórica.

Murillo Gouvea (PSDB - RJ) - O Deputado declarou apoio ao fim da escala 6 por 1, argumentando que a jornada é excessiva e prejudica o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos trabalhadores. Além disso, reafirmou o compromisso de lutar por legislação que valorize a dignidade e a saúde do trabalhador brasileiro.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado declarou apoio à manutenção da escala 6 por 1, argumentando que a Organização Internacional do Trabalho não proíbe que trabalhadores atuem seis dias por semana. Além disso, alertou para os riscos de desemprego e as dificuldades enfrentadas pelos empresários, posicionando-se contrário à mudança da escala. Por fim, reafirmou coerência com sua posição, mesmo diante da mudança de voto de outros Parlamentares.

Lucas Redecker (PSD - RS) - O Deputado saudou a assinatura de convênio entre o Governo do Rio Grande do Sul, a Casa dos Raros, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e outras entidades, que amplia o teste do pezinho para detectar imunodeficiências primárias e Atrofia Muscular Espinhal (AME) em recém-nascidos gaúchos. Destacou que a AME, antes tratada com terapia gênica que custava até 12 milhões de reais, já está



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

incorporada ao SUS, e que o diagnóstico precoce permitirá tratamento oportuno. Em seguida, parabenizou o Governador Eduardo Leite e fez apelo ao Governo Federal para que estabeleça cronograma de implementação das cinco fases do teste do pezinho em todo o País.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado cumprimentou a Mesa Diretora da Câmara pela inclusão na pauta de dois projetos relevantes: um sobre os direitos das pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e outro sobre o reconhecimento das pessoas com transtorno de neurodesenvolvimento. Destacou que ambos preveem avaliação biopsicossocial para acesso a benefícios e listou os direitos assegurados aos portadores de diabetes mellitus tipo 1, como acesso a medicamentos, glicosímetro, bomba de insulina e adaptações no ambiente escolar e de trabalho. Além disso, celebrou a aprovação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição que amplia os recursos destinados à assistência social.

Júlio Cesar (PSD - PI) - O Deputado informou sobre as articulações junto ao Supremo Tribunal Federal para que seja julgada a liminar que suspendeu os efeitos da lei de distribuição dos *royalties* do petróleo, destacando que a Ministra Carmen Lúcia manteve a liminar e que o Ministro Flávio Dino pediu vistas. Além disso, declarou otimismo quanto ao julgamento e registrou a presença do Secretário Jonas Moura, do Piauí, que atua pela liberação de recursos para os Municípios.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado lamentou o pedido de vista do Deputado Maurício Marcon, do PL do Rio Grande do Sul, que adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, sobre o fim da escala 6 por 1 de trabalho, na respectiva Comissão Especial. Em seguida, explicou que o relatório prevê transição inicial para 42 horas semanais e, após 12 meses, para 40 horas. Também rebateu argumentos contrários à medida, citando estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que associam excesso de trabalho ao adoecimento e à queda de produtividade. Por fim, manifestou expectativa de que a votação ocorresse na sessão seguinte, garantindo mais qualidade de vida aos trabalhadores brasileiros.

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado criticou a proposta defendida pelo Governo Lula de redução da jornada de trabalho, classificando-a como medida demagógica adotada em ano eleitoral. Argumentou que a mudança pode prejudicar trabalhadores de menor renda e aumentar a informalidade. Além disso, defendeu um período de transição mais longo, com diálogo e maturidade do Congresso Nacional, e ressaltou que o Brasil não pode tratar de forma uniforme realidades econômicas tão distintas, como grandes multinacionais e pequenos negócios do interior.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Padre João (PT - MG) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que reduz a jornada semanal de trabalho para 40 horas e afirmou que a medida fortalece os direitos dos trabalhadores ao impedir que convenções e acordos coletivos contrariem o texto constitucional. Além disso, criticou o adiamento da votação após pedido de vista apresentado por Parlamentar da Oposição, apesar de acordo firmado anteriormente. Também relacionou a redução da jornada ao combate à exploração trabalhista e ao trabalho escravo contemporâneo, com destaque para casos registrados em Minas Gerais. Ainda afirmou que a proposta beneficia especialmente as mulheres, ao considerar a dupla e tripla jornada de trabalho, e convocou mobilização nas redes sociais para pressionar os Deputados favoráveis à aprovação da matéria.

Hugo Leal (PSD - RJ) - O Deputado manifestou preocupação com o Tema 385, em julgamento pela Turma Nacional de Uniformização (TNU) da Justiça Federal, que impede pessoas com transtornos leves do espectro autista de acessarem a avaliação psicossocial, criando um filtro biomédico prévio não previsto na legislação brasileira. Argumentou que tal entendimento contraria a Constituição Federal e a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além de dificultar o acesso de pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por fim, anunciou a realização de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para debater o tema.

Bacelar (PV - BA) - O Deputado destacou o crescimento do turismo brasileiro em 2025 e atribuiu os resultados às políticas do Governo Federal, às ações do Ministério do Turismo e ao trabalho da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Além disso, afirmou que o Brasil recebeu 9 milhões e 300 mil turistas estrangeiros, com crescimento superior a 37%, apontado pela Organização das Nações Unidas Turismo como o maior do mundo no período. Também criticou a ausência de investimentos na divulgação internacional do País durante o Governo anterior. Ao concluir, ressaltou a expansão do turismo na Bahia, impulsionada pela ampliação de voos internacionais, promoção do destino e fortalecimento do setor turístico regional pelo Governador Jerônimo Rodrigues.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado anunciou a realização de encontro de prestação de contas do mandato, no Clube Casa de Portugal, em Teresópolis (RJ). Em seguida, destacou que o evento contará com a presença de Vereadores, lideranças, empresários, do Prefeito Leonardo e da Primeira-Dama Cláudia, e tem como objetivo apresentar os recursos destinados à região serrana.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada defendeu a redução da jornada de trabalho no Brasil, argumentando que o País aguarda há 36 anos por avanços desde a Constituição de 1988. Resgatou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

trajetória histórica da exploração do trabalho, da jornada de 48 horas fixada em 1930 à redução para 44 horas, e criticou a insuficiência do modelo 6x1 diante das duplas e triplas jornadas enfrentadas pelas mulheres e do tempo médio de mais de 3 horas gasto no transporte. Além disso, defendeu que a redução para 36 horas dinamizaria a economia e ampliaria a geração de empregos.

Sérgio Turra (PP - RS) - O Deputado registrou a presença dos Vereadores João, Cassio, Profe Lisi e Potrich, do Município de Sarandi (RS), e ressaltou a importância do trabalho desempenhado pelos representantes municipais. Além disso, afirmou que os Vereadores recebem as primeiras demandas e reclamações da população, por estarem mais próximos da realidade enfrentada nos Municípios.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado defendeu o fim da escala 6 por 1, classificando a votação prevista como um momento histórico no Parlamento. Argumentou que, desde a Constituição de 1988, a automação e a inteligência artificial tornaram essa jornada injustificável, além de criticar a reforma trabalhista do Governo Temer por aprofundar a precarização. Também rejeitou propostas de jornadas de 52 horas semanais ou remuneração por hora, apontando-as como formas de exploração. Por fim, associou a mudança aos indicadores positivos do Governo Lula, como o crescimento da renda e a menor taxa de desemprego da série histórica.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado apontou o ex-Governador do Rio de Janeiro Claudio Castro como o político mais corrupto da história do Estado, superando todos os antecessores. Assinalou que Castro teria vendido a Secretaria de Fazenda e a Procuradoria do Estado para atender interesses do empresário Ricardo Magro e, ainda, trocado a cúpula do Rio Previdência antes de aportar 3 bilhões de reais de recursos de aposentados e pensionistas em benefício do banqueiro Daniel Vorcaro. Além disso, questionou os vínculos entre Castro, Vorcaro e o Senador Flávio Bolsonaro, sugerindo sociedade e interesses mútuos que explicariam o apoio político mantido mesmo diante dos escândalos.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado associou o Governo Bolsonaro ao Banco Master e afirmou que a instituição financeira teria recebido apoio político e regulatório durante a gestão de Roberto Campos Neto no Banco Central. Além disso, relacionou o empresário Daniel Vorcaro ao Senador Flávio Bolsonaro e citou áudios como indícios de cobranças financeiras ligadas ao caso. Também afirmou que recursos do Rio Previdência — fundo previdenciário dos servidores do Estado do Rio de Janeiro — teriam sido direcionados ao Banco Master com influência política do Senador. Ainda alegou a existência de pagamentos de propina e afirmou que os fatos deveriam ser aprofundados em investigações sobre possíveis irregularidades financeiras e políticas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu o fim da escala 6x1 de trabalho, destacando que a proposta ganhou força pela pressão legítima de trabalhadores que reivindicam mais qualidade de vida, saúde mental e tempo com a família. Ressaltou a necessidade de diálogo entre trabalhadores, empresários e especialistas, e parabenizou o Presidente Hugo Mota pela determinação em pautar a votação da proposta de emenda à Constituição sobre o assunto. Além disso, citou empresários de Guanambi (BA) que já adotam a escala 5x2 há mais de dois anos como exemplo positivo a ser seguido.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada, ex-ministra do Desenvolvimento Social no primeiro Governo Lula, defendeu o programa Bolsa Família contra críticas que classificou como preconceituosas e desinformadas, destacando que mais de 60% dos beneficiários deixaram o programa entre 2014 e 2025 e que 28% possuíam carteira assinada em 2025. Contrastou o tratamento dado aos subsídios concedidos a grandes empresas com a visão negativa direcionada às políticas sociais e traçou um paralelo histórico com outras conquistas populares combatidas pelas elites antes de serem reconhecidas como direitos. Por fim, reafirmou que o Bolsa Família representa dignidade e combate à fome, e homenageou os Ministros que contribuíram para a construção do programa.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado declarou voto favorável ao fim da escala 6 por 1, ressaltando a própria trajetória como trabalhador — feirante, camelô e servente de pedreiro — como fundamento para defender os trabalhadores brasileiros. Destacou, ainda, as dificuldades enfrentadas pelos moradores da Baixada Fluminense, que perdem horas diárias em congestionamentos nas vias de acesso ao Rio de Janeiro (RJ). Por fim, apontou que o fim da escala representaria um ganho concreto para esses trabalhadores, com mais tempo junto à família.

Welter (PT - PR) - O Deputado celebrou o avanço das negociações para a votação do fim da escala 6x1, destacando a agenda legislativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR) para 2026, que traz essa pauta como prioridade. Ressaltou a importância dos trabalhadores rurais assalariados para o campo brasileiro e defendeu a transição para a escala 5x2, com perspectiva futura de 4x3. Criticou o pedido de vistas como manobra protelatória e elogiou a atuação do Presidente Lula, que encaminhou pedido de urgência constitucional para acelerar a votação.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que surgiu uma “nova bomba” envolvendo o caso do Banco Master, alegando que o Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, teria repassado R\$ 3 bilhões ao banco — incluindo recursos do Rioprevidência e da Cedae — e associou politicamente o caso ao Senador Flávio Bolsonaro. Citou também o Deputado Rodrigo Bacellar e o Deputado TH Jóias, mencionando investigações e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

supostas ligações com o crime organizado. Concluiu que, embora não seja possível afirmar diretamente que Flávio Bolsonaro tem vínculos com o Comando Vermelho, suas relações políticas estariam perigosamente próximas dessa facção criminosa.

Marcon (PT - RS) - O Deputado acusou lideranças bolsonaristas de envolvimento com o Banco Master, citando o desvio de 3 bilhões de reais dos fundos de previdência do Rio de Janeiro pelo ex-Governador Cláudio Castro. Afirmou ainda que o próprio Presidente nacional do PL, Valdemar da Costa Neto, teria declarado que o Senador Flávio Bolsonaro visitou Daniel Vorcaro durante prisão domiciliar para cobrar valores prometidos, supostamente destinados a custear despesas do irmão Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos ou a financiar caixa 2 de campanha. Critica também a ausência de ação da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal diante das denúncias e fez um apelo direto às lideranças do PL no Rio Grande do Sul para que se posicionem publicamente sobre o caso, encerrando com uma convocação para que o partido e seu candidato ao governo gaúcho prestem esclarecimentos à população.

Emidinho Madeira (PL - MG) - O Deputado criticou o Governo Federal por ter retirado R\$ 851 milhões do Funcafé, fundo voltado ao financiamento da cafeicultura, afirmando que os recursos pertencem ao setor cafeeiro e aos produtores rurais. Pediu apoio da bancada do agro e da Frente Parlamentar do Café para aprovar um requerimento de urgência na Comissão de Agricultura a fim de discutir o tema. Também cobrou o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) por não reduzir os juros do Funcafé, o que teria facilitado a sobra de recursos e o interesse do Governo em utilizá-los. Por fim, destacou a preocupação dos cafeicultores com os preços do café e homenageou produtores rurais de Minas Gerais presentes em Brasília.

Pedro Paulo (PSD - RJ) - O Deputado defendeu o fim da escala 6x1, argumentando que a medida beneficiará mais de 30 milhões de trabalhadores formais e adequará o Brasil ao padrão internacional de jornada de trabalho. Destacou ganhos para trabalhadores da Baixada Fluminense, mulheres com dupla jornada e jovens desempregados, além de vantagens para empregadores dos setores varejista, supermercadista e da construção civil. Por fim, rebateu argumentos contrários à proposta e conclamou a aprovação da matéria na Comissão Especial e no Plenário.

Eduardo Bismarck (PV - CE) - O Deputado destacou uma decisão da Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) para melhorar o transporte intermunicipal nas regiões do litoral leste e do Vale do Jaguaribe. Afirmou que a medida, conduzida pelo Presidente da Arce, Rafael de Paula, permitirá o espelhamento dos horários da empresa São Benedito com outras empresas do sistema de transporte estadual, buscando ampliar o conforto,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

a segurança e a oferta de horários aos usuários. Por fim, avaliou que a decisão deverá amenizar os transtornos enfrentados pela população.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado relatou a operação da Polícia Federal contra o ex-Governador Cláudio Castro e criticou a ausência de Deputados da direita no Plenário. Além disso, afirmou ter solicitado ao Ministério Público e à Polícia Federal a retenção dos passaportes de membros da família Bolsonaro e de aliados, em razão de suposto desvio de três bilhões de reais do fundo de previdência de aposentados e pensionistas do Rio de Janeiro. Por fim, questionou a viagem de Flávio Bolsonaro aos Estados Unidos e a possível ligação deste com o ex-Governador investigado.

Ana Pimentel (PT - MG) - A Deputada defendeu a redução da jornada de trabalho sem redução salarial como uma conquista histórica da classe trabalhadora, afirmando que a pauta é defendida há décadas pelos trabalhadores e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo PT. Destacou que o fim da escala 6x1 beneficiará especialmente trabalhadores dos setores de serviços e construção civil, além das mulheres, que acumulam jornadas domésticas e de cuidado após o trabalho formal. Associou também a atual escala ao adoecimento mental dos trabalhadores, citando afastamentos por sobrecarga de trabalho, e criticou Parlamentares bolsonaristas por defenderem aumento de carga horária e por estarem ausentes do debate.

Dandara (PT - MG) - A Deputada defendeu a aprovação da proposta de redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1, classificando a medida como “a maior vitória da classe trabalhadora nos últimos 30 anos”. Afirmou que o Congresso precisa garantir dois dias de descanso semanal sem redução salarial e criticou propostas de transição de 10 anos, aumento da carga horária ou diminuição de salários. Ressaltou que a nova regra deveria entrar em vigor em até 60 dias após a aprovação, com transição máxima de um ano. Destacou também que a luta histórica do movimento trabalhista é pela jornada de 40 horas semanais, tendo como horizonte futuro a redução para 36 horas, defendendo mais qualidade de vida e “vida além do trabalho” para os trabalhadores brasileiros.

ORDEM DO DIA

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 5.747, de 2025, que dispõe sobre a concessão de vitaliciedade do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência permanente e estabelecer um benefício de transição para herdeiros em situação de vulnerabilidade, diante do falecimento do beneficiário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 5.196, de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de dispositivos de proteção em motores de sucção de piscina para fins de segurança dos usuários e dá outras providências.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero. Além disso, criticou o Presidente Lula, apontando declarações que demonstram desrespeito ao público feminino e ressaltou a importância de a população recordar tais episódios.

Duda Salabert (PSOL - MG) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência apresentado ao Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento em regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento em regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento em regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado solicitou a votação do Projeto de Lei nº 5.415, de 2005, que estabelece normas para assegurar a isonomia regulatória entre instituições financeiras e instituições de pagamento, *fintechs*, quanto à cobrança de tarifas, cumprimento de regras de governança, prevenção e combate a fraudes e à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT), e outras obrigações regulatórias pertinentes. Registrou a presença de representantes das entidades FOGEBRA, FENASOJAF e FESOLJUIZ e ressaltou que esses profissionais atuam como elo entre os Tribunais de Justiça e a população. Por fim, defendeu que o porte de arma é uma medida de segurança para que possam proteger a própria vida e a de quem os acompanha no exercício das funções.

Rosângela Gomes (REPUBLICANOS - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento em regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 68, de 2025, que altera a Lei nº 14.192, de 2021,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apresentou questão de ordem sobre a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que altera o Art. 7º inciso XII da constituição Federal, reduzindo a jornada de trabalho a 36 horas semanais em 10 anos, afirmando que o Governo manipula a PEC. Criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), que fecha as funções do Congresso Nacional ao não respeitar decisões parlamentares. Além disso, pediu ao Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, que reunisse as duas Mesas Diretoras para debater o tema, reafirmando a legitimidade do Parlamento como representação popular.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada prestou homenagem a Rubem Medina, político fluminense eleito por nove mandatos consecutivos na Câmara dos Deputados, falecido no dia 14. Ressaltou a relevância histórica e política de Medina, conhecido também por sua ligação com o Rock in Rio, e solicitou ao Presidente da sessão que fosse realizado um minuto de silêncio em sua memória.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada defendeu a própria conduta no processo de tramitação do Projeto de Lei nº 68, de 2025, que Altera a Lei nº 14.192, de 2021, que dispõe sobre a violência política de gênero, e a Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), para incluir medidas específicas de proteção e apoio a mulheres em espaços de poder que sofram violência política de gênero, esclarecendo que, ao surgir qualquer ruído em torno da matéria, retirou o projeto para tratativas adequadas e só deu sequência após a conclusão desse processo. Ressaltou o compromisso ético assumido com cerca de 90 mil eleitores gaúchos e afirmou que, em todos os momentos em que empenhou sua palavra, cumpriu o acordado.

Ribamar Silva (PODE - SP) - O Deputado deu as boas-vindas aos Vereadores Fábio e Weber, de Jales (SP), que visitaram a Câmara dos Deputados em busca de recursos para a saúde do Município, e destacou a atuação dos Vereadores em prol do desenvolvimento da cidade.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento em regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 1.840, de 2026, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações sobre disponibilidade e previsão de descontinuidade de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento em regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 1.840, de 2026, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de informações sobre disponibilidade e previsão de descontinuidade de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou para o que classificou como um "golpe" do Supremo Tribunal Federal (STF) no Estado do Rio de Janeiro, ao permitir que o Presidente do Tribunal de Justiça permanecesse no cargo por mais seis meses, contrariando a Constituição de 1988. Além disso, argumentou que a linha sucessória constitucional deveria ser respeitada e cobrou do Presidente do STF, Ministro Fachin, uma solução para a situação.

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.

Geraldo Resende (UNIÃO - MS) - O Deputado homenageou Heitor Miranda dos Santos, ex-Procurador do Ministério Público Estadual, ex-Secretário de Estado e ex-Prefeito de Porto Murtinho (MS), apontado como idealizador da Rota Bioceânica há 50 anos. Além disso, destacou que a ponte entre Brasil e Paraguai está prestes a ser concluída até o final do ano.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai. Ainda alertou para o que classificou como um golpe em curso no Estado do Rio de Janeiro, apontando risco à República Federativa do Brasil. Cobrou do Ministro Fachin, Presidente do Supremo Tribunal Federal, uma posição contrária a tal situação e questionou a ordem de sucessão presidencial prevista na Constituição Federal, criticando a postura do Presidente Lula diante do cenário.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai. Ainda manifestou insatisfação com o que apontou como corrupção no Distrito Federal, cobrando investigação da Polícia Federal sobre o Governador Ibaneis Rocha. Alegou que a gestão do ex-Governador teria causado um rombo de R\$ 12 bilhões no BRB, citando declarações do ex-presidente Michel Temer e diálogos atribuídos a Vercaro como evidências de irregularidades na operação de compra do Banco Master pelo BRB.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai. Ainda discordou do Decreto nº 12.975, de 21 de maio de 2026, assinado pelo Presidente da República, que trata da regulação da internet. Argumentou que a medida desrespeita o Poder Legislativo. Por fim, reafirmou que cabe à Câmara dos Deputados tratar da matéria.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai. Ademais, responsabilizou o Governo Lula pela saída de trabalhadores e produtores do País e alertou para o endividamento das famílias.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Camila Jara (PT - MS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 780, de 2023, que denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai, entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai. Ademais, enalteceu o Presidente Lula pela edição de decreto que responsabiliza plataformas digitais por conteúdos de violência contra a mulher, violência sexual contra crianças e adolescentes, atos terroristas e apologia ao crime. Por fim, criticou a iniciativa de projeto de decreto legislativo que pretende sustar o decreto presidencial.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Ademais, criticou o Governo Lula pela criação de quase 50 impostos, pela censura ao povo brasileiro e pela revogação da "taxa da blusinha" criada pelo próprio Governo.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contrária à aposentadoria compulsória como punição máxima para magistrados. Além disso, classificou como escárnio a aplicação de aposentadoria a magistrados condenados e responsabilizou o Congresso Nacional por não ter enfrentado o tema anteriormente.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado elogiou o relatório apresentado pelo Deputado Wilson Santiago ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Ademais, destacou a trajetória política do relator na Paraíba. Além disso, alertou para a gravidade do diabetes. Ao final, criticou a política de saúde pública do Governo Federal, apontou que o Nordeste tem sido negligenciado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e defendeu a derrota do Presidente Lula nas eleições.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Além disso, elogiou o Governo Lula pela saída do Brasil do Mapa da Fome e criticou o Governo Bolsonaro pela “fila do osso”. Ademais, condenou o Senador Flávio Bolsonaro por sua atuação contra o País nos Estados Unidos. Ao final, criticou os prejuízos causados pelo Banco Master ao Fundo de Previdência do Estado do Rio de Janeiro e ao Banco de Brasília (BRB), apontando a responsabilidade do ex-Governador do Rio de Janeiro e do atual Governador do Distrito Federal.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado levantou questão de ordem para apontar que Deputada Federal proferiu discurso parlamentar alheio à matéria em discussão, violando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada destacou a importância do 1º Encontro Estadual dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, a ser realizado no Instituto Federal do Paraná, em Curitiba (PR). Ademais, ressaltou sua contribuição para o evento, com a destinação de mais de R\$ 1,5 milhão para fortalecer os núcleos e garantir bolsas estudantis. Por fim, defendeu a educação como ferramenta central da luta antirracista e saudou os acadêmicos e representantes dos movimentos sociais participantes do encontro.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada contestou a questão de ordem apresentada contra seu discurso e sustentou que havia tratado sobre o Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Além disso, repriminou o Parlamentar, autor da questão de ordem, por ter discursado sobre matéria estranha ao debate. Por fim, defendeu que a política de saúde pública do Governo Lula é superior à do Governo Bolsonaro, cuja gestão foi a pior da história do País.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Além disso, ressaltou a importância do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), do Plano Safra e de programas históricos de crédito rural para o desenvolvimento do agronegócio. Ao final, alertou para a crise enfrentada pelos produtores de leite, agravada pela política de importação.

Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado proferiu parecer à Emenda de Plenário nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado elogiou o parecer do Deputado Wilson Santiago e agradeceu o acolhimento da emenda de plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Além disso, afirmou que a emenda permitirá à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vender produtos a pequenas indústrias, empresas e mercados varejistas, fortalecendo a economia e a produção de alimentos. Por fim, parabenizou a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) pela proposição.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Além disso, celebrou a reunião do Senador Flávio Bolsonaro com o Presidente da República dos Estados Unidos Donald Trump, destacando que o Parlamentar atua em defesa da abertura do Brasil aos mercados internacionais. Por fim, criticou o Presidente Lula por sua política externa em relação à China.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva apresentada ao Projeto de Lei nº 1.384, de 2011, que dispõe sobre critérios complementares para a execução da política de estoques públicos vinculados ao programa de garantia dos preços mínimos e dá outras providências. Além



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

disso, defendeu o Senador Flávio Bolsonaro contra denúncias de corrupção e sustentou que a Esquerda é corrupta e levanta acusações infundadas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou que a situação não poderia ficar sem resposta, pois seria um desrespeito à inteligência do povo brasileiro, e apontou que o filho de Jair Bolsonaro havia chamado o Sr. Vorcaro de irmão, declarado apoio incondicional e solicitado recursos ao mesmo.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada comunicou a retirada do kit de obstrução do Partido Liberal ao Projeto de Lei nº 4.225, de 2023, que trata da conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e da adequação em concursos públicos e escolas. Explicou que a obstrução se devia à preocupação com a equiparação do TDAH à deficiência, questão corrigida no substitutivo. Informou ainda que com o texto ajustado, os demais dispositivos tornaram-se meritórios, ficando a cargo da Mesa a decisão sobre a votação da matéria.

João Cury (MDB - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.868, 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 5.868, 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e garante acesso a medicamentos do SUS, horários especiais de trabalho e condições diferenciadas nas escolas. Parabenizou o Deputado João Cury pelo relatório e o Senador Randolfe pela iniciativa. Também destacou, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ter apresentado requerimento para inclusão da matéria na ordem do dia, ressaltando o avanço em direção a um País mais inclusivo e solidário.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada elogiou o Projeto de Lei nº 5.868, 2025, do Senador Randolfe, relatado pelo Deputado João Cury, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1, abordando temas como acesso a inovações tecnológicas no SUS, adequação da jornada de trabalho para mães cuidadoras, inclusão de pessoas com diabetes em escolas e concursos públicos, além da validade de laudos médicos, medida que impacta pessoas de baixa renda, sobretudo no contexto do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Além disso, alertou a população brasileira sobre o risco de novo veto presidencial ao projeto que reconhece o diabetes tipo 1 como deficiência, tendo em vista que o PL nº 2.687, de 2022, de mesmo teor, foi vetado pelo Presidente Lula. Parabenizou o relator pela proposição e concluiu com apelo para que os brasileiros não concedam mais quatro anos de Governo ao atual Presidente.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Além disso, repudiou o que classificou como mentiras e cinismo de determinados mandatos e esclareceu que a liderança do Governo solicitou a inclusão do projeto em pauta. Informou que o PL reconhece o diabetes tipo 1 como deficiência para efeitos financeiros, com base em avaliação biopsicossocial prevista na Lei Brasileira de Inclusão, além de garantir acesso a insumos, tratamento e combate à discriminação no trabalho e nas escolas. Por fim, homenageou pessoas como a professora Patrícia e a representante do Instituto de Diabetes Brasil, Jaqueline, pelo engajamento na luta pelos direitos das pessoas com diabetes.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Apontou preocupação com o artigo 4º, inciso 1º, que trata da adaptação de jornadas de trabalho para acompanhamento de dependentes em tratamento, pois a medida pode gerar efeito contrário, desestimulando a contratação de pessoas nessa situação.

Marangoni (PODE - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ribeiro Neto (SOLIDARIEDADE - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado abordou a questão do diabetes tipo 1 e recordou cobrança feita ao Presidente do Congresso Nacional referente ao veto ao Projeto de Lei nº 2.687, de 2022, relacionado ao tema. Reconheceu que o projeto enviado posteriormente (Projeto de Lei nº 5.868, de 2025) representou um avanço, ainda que aquém do esperado pelas famílias afetadas. Por fim, conclamou os Parlamentares a seguir trabalhando para conquistar novos avanços até alcançar o resultado ideal.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Além disso, agradeceu a articulação do Deputado Eduardo Bolsonaro, descrito como o mais votado da história do Brasil, e manifestou solidariedade aos brasileiros que estão exilados nos Estados Unidos em razão de perseguições do Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, classificou a cassação do mandato do Deputado como ilegal, inconstitucional e imoral, e relacionou o episódio à rejeição, pelo Senado Federal, do nome de "Bessias" para uma vaga no STF. Por fim, expressou esperança no retorno da democracia e da liberdade ao País.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Kim Katagiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, que dispõe sobre os direitos de pessoas com diabetes mellitus tipo 1 e sobre ações voltadas à promoção de sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Gilberto Nascimento (PODE - SP) - O Presidente da sessão parabenizou Deputados e representantes de associações pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 5.868, de 2025, voltado ao apoio de pessoas com diabetes, reconhecendo a luta de quem convive com a doença. Além disso, destacou que a Câmara dos Deputados reconheceu a causa e garantiu maior suporte do Poder Público a esse grupo. Por fim, informou que a matéria seguiria à sanção, dispensada a redação final, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem com base no artigo 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para questionar a inércia na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40, de 2025, de autoria do Deputado Maurício Marcon, que trata da flexibilização da jornada de trabalho. Argumentou que a proposta versa sobre matéria idêntica à PEC nº 221, de 2019, e que o Regimento determina o apensamento de matérias correlatas. Além disso, apontou que três requerimentos que foram protocolados tempestivamente e não foram apreciados. Por fim, requereu o saneamento do vício procedimental e a tramitação conjunta das propostas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada parabenizou a Câmara dos Deputados e o Governo pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.868, de 2025 que garante direitos às pessoas com diabetes tipo 1, doença autoimune que compromete a produção de insulina. Informou que a legislação assegura proteção contra discriminação, acesso a tratamento e insumos, além de atenção especial no ambiente de trabalho e nas escolas para crianças e adolescentes. Também citou o caso da professora Patrícia, que enfrentava dificuldades para assumir cargo efetivo em razão da instabilidade glicêmica. Por fim, ressaltou que se trata da primeira legislação nacional sobre o tema e manifestou emoção por contribuir com essa conquista.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou apoio ao Projeto de Lei nº 5.868, de 2025, em votação, ressaltando que a Oposição, incluindo o Partido Liberal e demais partidos, orientou favoravelmente à proposição. Também reconheceu a condução democrática do Presidente da sessão, mas assinalou que, como líder da Oposição, atua sob pressão constante da população. Por fim, alertou que o Presidente Lula vetou projeto semelhante em 2022 e reafirmou a necessidade de mudança no comando do País.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado registrou a presença de Rodrigo Luiz, de Nova Iguaçu (RJ), liderança política que obteve 5.401 votos nas últimas eleições para Vereador, e destacou a parceria estabelecida durante o período em que exerceu o cargo de Secretário de Estado de Agricultura do Rio de Janeiro.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado convocou os Parlamentares a votar a favor do relatório na Comissão Especial da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 221, de 2019, que trata da redução da jornada de trabalho no modelo 6 por 1, por considerar a medida uma reparação histórica e um avanço nos direitos trabalhistas, já adotados em grande parte do mundo. Alertou, ainda, para a existência de outra PEC sobre o mesmo tema que permitiria a redução da jornada com corte de salários. Além disso, assinalou a vinculação do ex-Governador Cláudio Castro e de Flávio Bolsonaro com o Sr. Vorcaro, este último alvo de investigações, e manifestou insatisfação com a normalização de irregularidades nas instituições do Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu a valorização da Festa de São João da Bahia e do Nordeste como patrimônio cultural, econômico e identitário da população nordestina. Ressaltou que os festejos juninos movimentam a economia regional, geram renda para agricultores familiares, comerciantes, ambulantes e trabalhadores e fortalecem a cultura popular. Ademais, alertou para a perda de espaço do forró tradicional diante da contratação de bandas nacionais por valores elevados pelas Prefeituras, em detrimento de sanfoneiros, zabumbeiros e triangulistas nordestinos. Destacou artistas como Edigar Mão Branca, Jussié do Acordeom e Dio do Acordeom. Ao final, sustentou a inclusão, no Projeto de Lei nº 1.602, de 2026, que institui o Circuito Nordestino de Quadrilhas Juninas, inclui o evento no Calendário Oficial do Ministério do Turismo, e dá outras providências, de dispositivo que preserve a presença do forró de raiz nas festividades juninas.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula por apoiar, em ano eleitoral, a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, após duas décadas no poder. Ademais, contestou acusações de que o Partido Liberal (PL) seria contrário aos trabalhadores e destacou a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40, de 2025, de autoria do Deputado Mauricio Marcon, que estabelece relação de trabalho baseada em horas trabalhadas e horas recebidas. Além disso, informou que o PL apresentará destaque de preferência para votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2025, a fim de instituir a escala 4 por 3, com quatro dias de trabalho e três de descanso. Ao final, apelou ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), à Esquerda e ao Centro para apoiarem a proposta.

Yury do Paredão (MDB - CE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.602, de 2026, que institui o Circuito Nordestino de Quadrilhas Juninas, inclui o evento no Calendário Oficial do Ministério do Turismo, e dá outras providências.

Eduardo Bismarck (PV - CE) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.602, de 2026, que institui o Circuito Nordestino de Quadrilhas Juninas, inclui o evento no Calendário Oficial do Ministério do Turismo, e dá outras providências. Ademais, destacou sua atuação como Secretário do Turismo do Ceará e elogiou o Governo Lula e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) pela divulgação do São João fora do Brasil.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 1.602, de 2026, que institui o Circuito Nordestino de Quadrilhas Juninas, inclui o evento no Calendário Oficial do Ministério do Turismo, e dá outras providências. Ademais, elogiou a recriação do Ministério da Cultura no Governo Lula e criticou o Governo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Bolsonaro por sua política anticultural. Ao final, contrapôs as quadrilhas juninas às “quadrilhas da família Bolsonaro” e a organizações criminosas vinculadas ao Banco Master.

BREVES COMUNICAÇÕES

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado enalteceu o Projeto de Lei nº 1.602, de 2026, que institui o Circuito Nordestino de Quadrilhas Juninas, inclui o evento no Calendário Oficial do Ministério do Turismo, e dá outras providências, por sua importância para a valorização da cultura nordestina. Ressaltou ainda a relevância do São João de Campina Grande (PB) para o comércio, o turismo e a cultura da Paraíba. Ao final, convidou os Parlamentares e o povo brasileiro para os festejos juninos na cidade e parabenizou o Deputado Yury do Paredão pela relatoria da matéria.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou o bolsonarismo por defender a escala 4 por 3 após apresentar emenda para que o fim da escala 6 por 1 entrasse em vigor em 10 anos. Ademais, afirmou que a Oposição será derrotada e que a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, será aprovada com vigência imediata. Ao final, condenou a demagogia dos bolsonaristas e desafiou-os a votar primeiro pela escala 5 por 2, para depois discutirem a escala 4 por 3.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.822, de 2024, de sua autoria, que autoriza pais de menores dependentes de drogas, envolvidos com traficantes e facções, a internarem os filhos para tratamento. Ademais, criticou a movimentação do Governo Federal contra a proposta e pediu apoio dos demais Parlamentares para sensibilizar a bancada governista sobre a urgência enfrentada por pais e mães. Além disso, recriminou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) por condicionar a votação a relatório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Ao final, sustentou que a resistência à proposição mantém menores nas drogas e favorece o aumento da pedofilia.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado destacou a pauta do Senador Flávio Bolsonaro em encontro com o Presidente Donald Trump sobre a classificação do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como grupos terroristas. Ademais, defendeu a inclusão das milícias nessa reclassificação, por considerar que esses grupos são igualmente nocivos, especialmente no Rio de Janeiro. Ao final, sustentou que não se pode ter relações com traficantes nem com milicianos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada elogiou o Governo Lula pela redução dos impactos da crise internacional dos combustíveis e pela eliminação da política de paridade de preços internacionais adotada no Governo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Bolsonaro, em defesa da soberania nacional. Ademais, destacou que a medida permitiu reajustes menores dos combustíveis no Brasil em comparação a outros países. Além disso, criticou o Senador Flávio Bolsonaro por manter relações criminosas com o empresário Daniel Vorcaro e o Banco Master e por sua aproximação com o Presidente Donald Trump, oferecendo as terras raras brasileiras aos Estados Unidos. Comparou ainda as políticas dos Governos Bolsonaro e Lula nas áreas de saúde, educação e assistência social. Por fim, condenou o cinismo dos bolsonaristas ao defenderem a escala 4 por 3 após apresentarem emenda para postergar por 10 anos a implementação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho, com adoção da escala 5 por 2.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado criticou a decisão da Justiça Federal que determinou ao Senado Federal a apresentação de auditoria das urnas da sessão plenária que rejeitou a indicação do Advogado-Geral da União Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, destacou que a Justiça adota viés político e ideológico ao prender os apoiadores do ex-Presidente Bolsonaro e ao torná-lo inelegível enquanto protege os interesses e aliados do Presidente Lula.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado defendeu a manutenção de Ecoporanga (ES) no traçado da BR-342, por considerar a rodovia essencial à integração regional, ao escoamento da produção rural, ao comércio, ao transporte escolar e ao acesso à saúde. Ressaltou a importância estratégica do Município para o norte e o noroeste capixabas, especialmente pela força do agronegócio, da pecuária e da agricultura, além da divisa com Minas Gerais e Bahia. Ao final, afirmou que lutará com a população de Ecoporanga (ES) pela continuidade da obra.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado criticou a Extrema Direita e o Partido Liberal (PL) por defenderem a escala 4 por 3 após apresentarem emenda para ampliar para 10 anos a transição da jornada semanal de 44 horas para 40 horas e permitir flexibilização para até 52 horas semanais. Ademais, condenou o Senador Flávio Bolsonaro e Parlamentares bolsonaristas pela demagogia e por tentarem enganar o povo brasileiro ao defenderem propostas que anteriormente rejeitaram. Destacou ainda que jovens e mulheres apoiam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e adota a escala 5 por 2. Além disso, associou integrantes do Partido Liberal (PL) ao Banco Master, ao empresário Daniel Vorcaro e a casos de corrupção. Ao final, elogiou o Presidente Lula, o Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta, o Presidente da Comissão Especial, Deputado Alencar Santana, e o Relator Deputado Leo Prates pelo avanço da PEC.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Governo Lula por defenderem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1, de forma eleitoreira e sem responsabilidade fiscal. Ademais, destacou que o Partido Liberal (PL) defende a PEC nº 40, de 2025, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, permitindo ao trabalhador escolher a distribuição das suas horas trabalhadas. Além disso, sustentou a adoção imediata da escala 4 por 3 ou, alternativamente, da escala 5 por 2, sem período de transição. Ao final, afirmou que o Partido Liberal (PL) votará pelo fim da escala 6 por 1.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a decisão da Justiça Federal que determinou ao Senado Federal a apresentação das notas taquigráficas da sessão plenária que rejeitou a indicação do Advogado-Geral da União Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, destacou que a medida desrespeita o princípio da separação dos Poderes e representa a desmoralização do Congresso Nacional. Além disso, sustentou que parte do Poder Judiciário está aparelhada e que os Poderes não funcionam adequadamente no Brasil. Ao final, cobrou reação do Congresso Nacional diante da decisão abusiva.

Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.822, de 2024, de sua autoria, que garante a pais e responsáveis a imediata internação de jovens e adolescentes dependentes de substâncias psicoativas, em vulnerabilidade social ou ameaçados por traficantes e facções criminosas, para tratamento em entidades legitimadas pelo Poder Público. Ademais, destacou os pareceres favoráveis da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) e da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Além disso, criticou o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e setores ligados aos direitos humanos por tentarem retirar a proposição da pauta e condicionarem sua análise a novo parecer. Ao final, apelou ao Presidente Lula, ao Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta e aos Líderes partidários para que a matéria fosse submetida à votação do Plenário.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado homenageou o Município de Laranja da Terra (ES) pelo aniversário de 38 anos de emancipação política. Ressaltou a importância da imigração pomerana para a formação cultural do Município e elogiou a preservação das tradições, dos valores familiares e da vida em comunidade. Ademais, destacou a hospitalidade da população e o compromisso do Município com a agricultura como fonte de prosperidade.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado destacou dados do Atlas da Violência que apontam a cidade de Caxias (MA) como a 28ª mais violenta do Brasil, com cerca de cinquenta homicídios por cem mil habitantes. Ademais, atribuiu a violência ao descaso e à falência do Poder Público e criticou a perda de credibilidade do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Poder Judiciário perante a população. Além disso, questionou a demora do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) em confirmar a cassação do Prefeito de Caxias (MA) e denunciou parcialidade na condução de processos judiciais envolvendo candidatos da Oposição e do Governo. Ao final, defendeu atuação imparcial do Poder Judiciário para o fortalecimento da democracia.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou o Presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, e o Senador Flávio Bolsonaro por declarações contraditórias envolvendo relações suspeitas com o empresário Daniel Vorcaro e o Banco Master. Ademais, comparou a mudança de posição do Partido Liberal (PL) sobre a escala 4 por 3 à atuação da legenda no debate sobre a isenção do Imposto de Renda, destacando que o partido passou a defender proposta mais ampla após perceber risco de derrota política na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que reduz a jornada de trabalho e extingue a escala 6 por 1. Ao final, condenou a hipocrisia dos Deputados do Partido Liberal (PL) ao tentarem enganar empresários e trabalhadores.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado elogiou o Presidente dos Estados Unidos Donald Trump pela reunião com o Senador Flávio Bolsonaro e destacou que o Presidente Lula foi humilhado quando foi recebido pelo líder norte-americano. Ademais, criticou o Presidente Lula por defender facções criminosas.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado cobrou a nomeação de aprovados em concurso público realizado em 2006 no Município de Uruçuca (BA), após decisões judiciais favoráveis aos candidatos. Também defendeu o programa Bolsa Família, destacando sua importância no combate à pobreza e criticando declarações contrárias ao benefício, além de questionar posições da oposição sobre mudanças na jornada de trabalho.

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado criticou o Decreto nº 12.975, editado pelo Governo Federal, afirmando que a medida retoma pontos do chamado Projeto de lei nº 2.630, de 2020, das Fake News, por meio de decreto presidencial. Argumentou que a iniciativa representa interferência do Executivo sobre competências do Congresso Nacional e manifestou preocupação com possíveis impactos sobre a liberdade de expressão e a atuação das plataformas digitais. Também questionou os critérios de composição do conselho previsto na norma e defendeu que mudanças dessa natureza sejam debatidas e aprovadas pelo Poder Legislativo.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a posição de Parlamentares da direita no debate sobre o fim da escala de trabalho 6 por 1, acusando a oposição de agir com incoerência ao defender mudanças mais amplas após ter se posicionado anteriormente contra a redução da jornada. Também fez críticas ao senador Flávio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Bolsonaro e mencionou investigações envolvendo o ex-Governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro, citando operações da Polícia Federal relacionadas ao caso do Banco Master.

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado elogiou a atuação internacional do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, destacando sua recepção pelo então Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, como demonstração de prestígio diplomático do Brasil. Em contraposição, criticou a postura do senador Flávio Bolsonaro em encontro com o líder norte-americano, afirmando que a situação representou constrangimento político para a oposição. Também acusou setores ligados ao bolsonarismo de adotarem postura submissa em relação aos interesses dos Estados Unidos, especialmente em temas envolvendo recursos estratégicos nacionais, como as terras raras brasileiras.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado ironizou o desempenho do PT na área de segurança pública, citando o Atlas da Violência para apontar que as dez cidades mais violentas do Brasil estão no Nordeste, sendo quatro delas no Ceará. Dessa forma, questionou a credibilidade do partido para, nas próximas eleições, apresentar propostas de segurança à população nordestina.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado saudou a liberdade da Deputada Carla Zambelli pela Justiça italiana, a quem classificou como a mulher mais votada das eleições de 2022, com 1 milhão de votos, e cujo mandato considerou cassado de forma ilegal, inconstitucional e imoral. Além disso, citou a negativa de extradição de Oswaldo Eustáquio pela Espanha e de Allan dos Santos pelos Estados Unidos, bem como a libertação do Deputado Alexandre Ramagem, também com mandato cassado nas mesmas condições. Por fim, alertou a Nação sobre o que chamou de "ditadura da toga" e exaltou os Parlamentares que, a seu ver, tiveram coragem de resistir a essa situação.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que medidas recentes anunciadas pelo Executivo buscariam reverter problemas que, segundo ele, teriam sido criados pela própria Gestão Federal, como endividamento, insegurança pública e aumento de apostas esportivas *on-line*. Também fez acusações envolvendo supostas interferências do Governo em investigações da Polícia Federal relacionadas ao chamado escândalo do INSS. Além disso, elogiou o senador Flávio Bolsonaro, destacando viagem aos Estados Unidos e encontro com o então Presidente norte-americano Donald Trump. Acrescentou que a agenda teria tratado do combate a facções criminosas brasileiras e defendeu a classificação de grupos como PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Eli Borges (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado alertou os cristãos brasileiros, evangélicos e católicos, sobre os riscos do Decreto nº 12.975, de 2026, à liberdade religiosa. Argumentou que a citação de versículos bíblicos poderia ser enquadrada como discriminação, sujeitando ministros evangélicos e plataformas digitais a processos. Concluiu convocando os cristãos a se mobilizarem em defesa da liberdade de expressão religiosa.

Evair Vieira de Melo (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado criticou mudanças promovidas pelo Ministério da Saúde na nova versão da Caderneta da Gestante, especialmente a substituição de termos como “mãe” e “mulher” pela expressão “pessoa que gesta”. Também questionou a inclusão de orientações relacionadas à interrupção legal da gravidez no documento e afirmou que as alterações desrespeitam valores familiares e o papel da maternidade.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado elogiou a atuação da segurança pública do Rio Grande do Norte, destacando uma operação realizada pela 3ª Companhia do 12º Batalhão da Polícia Militar, em Caraúbas (RN), que resultou na morte de um criminoso conhecido como “Morcegão”. Também prestou homenagem a policiais militares, civis e demais agentes de segurança do Estado, ressaltando o trabalho das forças policiais no combate à criminalidade.

Messias Donato (UNIÃO - ES) - O Deputado criticou a atuação da embaixada brasileira nos Estados Unidos após agenda do Senador Flávio Bolsonaro no País. Informou que a representação diplomática teria adotado postura alinhada ao PT ao impedir o uso do espaço da embaixada para a realização de entrevistas após encontro do Senador com o então Presidente norte-americano Donald Trump. Por fim, classificou a situação como “vexatória” e elogiou a liderança política de Flávio Bolsonaro, defendendo sua projeção nacional para futuras disputas eleitorais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou decisões do sistema de Justiça envolvendo o ex-assessor Filipe Martins, a quem classificou como “preso político”. Afirmou ter visitado Martins no Paraná e denunciou supostos abusos durante sua detenção, incluindo isolamento em cela solitária e tentativa de obtenção de delação forçada. Também acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de perseguição política e criticou a atuação do Congresso Nacional diante das decisões judiciais relacionadas aos investigados em atos antidemocráticos.

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado homenageou o Instituto de Engenharia do Paraná pelo centenário de fundação, celebrado em 2026, destacando a relevância da instituição na valorização da engenharia, na promoção do conhecimento técnico e na contribuição para debates sobre mobilidade,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

energia, logística, saneamento e desenvolvimento sustentável ao longo de cem anos. Ressaltou, ainda, que a Câmara dos Deputados realizaria sessão solene em 26 de maio de 2026 em reconhecimento à trajetória da instituição, reafirmando a importância do conhecimento técnico como instrumento de desenvolvimento e transformação social para o País.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, que trata da redução da jornada de trabalho, argumentando que a medida vai além da diminuição de horas trabalhadas e abrange qualidade de vida, saúde, convivência familiar e valorização do trabalhador. Citou estudos apresentados na Comissão Especial que associam jornadas excessivas a problemas como ansiedade, depressão e *burnout*, e destacou que trabalhadores menos sobrecarregados tendem a ser mais produtivos. Ressaltou, por fim, que o objetivo não é prejudicar empresas, mas construir um modelo de trabalho mais equilibrado, moderno e humano para o País.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado, membro titular da Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 221, de 2019, a chamada PEC 6 por 1, relatou os desdobramentos da reunião realizada no colegiado e anunciou voto favorável ao relatório final, bem como a eventuais destaques que aperfeiçoem o texto. Destacou que a proposta prevê a fixação da jornada em 42 horas semanais em um primeiro momento, com redução posterior para 40 horas, e a adoção imediata da escala 5x2 após 60 dias da promulgação da medida, com o objetivo de dar previsibilidade às empresas para adaptação sem demissões ou impacto nos preços. Ressaltou ainda que as especificidades regionais e setoriais serão tratadas em Lei Complementar posterior, estratégia que agilizará a aprovação da proposta principal no Plenário.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada homenageou os 135 anos da presença da igreja batista no Estado do Rio de Janeiro, destacando a trajetória da denominação desde a organização das primeiras igrejas, em 1884 no então Distrito Federal e em 1891 em Campos, e sua contribuição para a formação social, cultural e identitária do povo fluminense. Ressaltou o papel das igrejas no preenchimento de lacunas deixadas pelo Poder Público, atuando como espaços de acolhimento, apoio a famílias, educação de crianças e jovens e promoção de assistência social. Por fim, destacou a importância da denominação na formação de valores como disciplina, responsabilidade e cuidado com o outro, e saudou as lideranças e membros das igrejas batistas fluminenses pela contribuição ao longo de mais de um século.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado manifestou indignação com o esquema de desvio de recursos identificado no INSS, classificando-o como um escândalo sem precedente recente na previdência social



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

brasileira, que teria lesado aposentados e pensionistas que contribuíram por décadas. Criticou o que considerou uma dupla penalização das mesmas vítimas, diante do anúncio de cortes nas áreas de saúde e educação pelo Governo Federal, enquanto, gastos com cargos comissionados e programas de baixa efetividade seriam mantidos. Concluiu afirmando que não aceitará o silêncio como resposta e que seguirá defendendo os trabalhadores do Amazonas e do Brasil, cobrando um Estado que honre seus compromissos com a população.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu da Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que prevê a redução da jornada de trabalho para 42 horas semanais com dois dias de folga remunerados, e posterior redução para 40 horas após doze meses de transição, sem redução salarial. Destacou o cronograma gradual de implementação, com início 60 dias após a promulgação, como demonstração de cautela e planejamento, e argumentou que a medida tende a aumentar a produtividade, reduzir absenteísmo e acidentes, e estimular o consumo interno. Ressaltou ainda o alinhamento da proposta com a agenda social do Governo Federal e a colaboração entre os Poderes Legislativo e Executivo, conclamando o Plenário à deliberação favorável à matéria.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado relatou os trabalhos da Comissão Especial para análise do Projeto de Lei nº 8.085, de 2014, que trata de mudanças na legislação de trânsito, e destacou a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, com a participação de representantes de autoescolas, médicos do tráfego, psicólogos, instrutores e profissionais de mais de 150 Municípios paranaenses. Manifestou preocupação com alterações recentes promovidas pelo Contran e pelo Senatran no processo de habilitação, defendendo que a modernização não pode comprometer a segurança viária. Além disso, posicionou-se contrário à retirada da obrigatoriedade da baliza no exame prático e à supressão das avaliações médicas e psicológicas, argumentando, como médico especialista, que tais exigências salvam vidas. Encerrou agradecendo às autoridades e profissionais que participaram do evento no Paraná, bem como ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, ao Relator da Comissão, Deputado Aureo Ribeiro, e ao Presidente da Comissão, Deputado Coronel Meira.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado discorreu sobre a importância estratégica das terras raras e demais minerais críticos, como nióbio, lítio, grafite e manganês, para o desenvolvimento industrial, tecnológico e energético global, destacando o elevado potencial mineral do Brasil nesse contexto. Criticou o modelo exportador de matéria-prima bruta, contrapondo-o à estratégia chinesa de planejamento estatal e domínio do processamento de terras raras, e defendeu a superação do modelo extrativista colonial em favor da industrialização com agregação de valor e geração de empregos qualificados. Além disso, apresentou o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 102.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 26/05/2026

Projeto de Lei nº 1.754, de 2026, do qual é signatário, que propõe a criação da TerraBras, empresa pública voltada à soberania nacional e ao aproveitamento de minerais estratégicos, além do estabelecimento de regime de partilha da produção mineral e de políticas públicas coordenadas para o setor.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado manifestou oposição a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que pretende acabar com a escala 6 por 1, impondo uma jornada padronizada de 5x2 e reduzindo a carga semanal de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução salarial, apoiada pelo Governo Federal. Argumentou que a medida substitui liberdade por imposição estatal, desconsiderando a diversidade econômica e regional do Brasil, e alertou para possíveis impactos negativos como aumento do desemprego, fechamento de pequenos negócios, crescimento da informalidade e encarecimento de serviços, especialmente nos setores de comércio, turismo, bares, restaurantes e serviços essenciais. Defendeu ainda que a modernização das relações de trabalho deve ocorrer por meio da liberdade contratual, de acordos coletivos e de incentivos econômicos, e não por meio de imposição uniforme do Estado. Concluiu que o trabalhador precisa de oportunidade, e não de restrições governamentais sobre quantos dias pode trabalhar.

ENCERRAMENTO